



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
REFIS 2017/LEI 10.628 - PROGRAMA DE PARCELAMENTO
INCENTIVADO DE DÉBITOS FISCAIS

REQUERIMENTO- 4% DA RECEITA BRUTA

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

Nome ou Razão Social:		CNPJ/CPF:		
Logradouro* (Rua / Praça / Avenida):			Número:	
Bairro:		Município:		CEP:
DDD:	Telefone fixo:	DDD:	Celular:	E-mail de contato:

* nos casos de empresas inativas, informar o endereço do responsável legal pela empresa.

2 – DISCRIMINAÇÃO DO DÉBITO A SER PARCELADO:

Tipo de Débito:
Número do Documento de Débito:
Quantidade de Parcelas:

* tipo de débito (CDA, IPVA, ITCMD, MULTAS PUNITIVAS, ND, DE, AI)

3 – REQUERIMENTO:

O contribuinte acima identificado requer o parcelamento de seu débito consolidado individualmente na quantidade de parcelas assinaladas, calculadas com base em percentual de 4% da receita bruta, sujeito a parcela complementar, conforme o art. 9º, § 1º, inciso II na Lei n.º 10.628/17. Declara estar ciente que o presente pedido implicará no reconhecimento da dívida fiscal nele incluído, bem como na desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados nos âmbitos administrativo e judicial.

Compromete-se, ainda, a juntar cópia de quitação das custas processuais e dos honorários advocatícios, quando cabíveis, e a efetuar o posterior pagamento de emolumentos cartorários oriundo das dívidas fiscais levadas a protesto extrajudicial. Declara estar ciente de que a convocação para a assinatura do parcelamento será feita exclusivamente via *e-mail*. Declara que as informações prestadas neste pedido são a expressão da verdade.

4 – IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:

Nome legível do sócio/administrador:	Cargo:	CPF:
--------------------------------------	--------	------

5 – IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA PARA ICMS (DÉBITO AUTOMÁTICO):

Banco: BANESTES	CNPJ/CPF do titular da conta:
Agência:	Nº da Conta Corrente:

6 – DOCUMENTOS ANEXOS:

1. Requerimento padronizado (2 vias);
2. Cópia do RG e CPF do proprietário;
3. Procuração Pública ou Particular com firma reconhecida (ou cópia autenticada), e cópia simples da identidade e CPF do procurador, se for o caso;
4. Cópia simples do comprovante de pagamento das custas finais, se a dívida fiscal estiver ajuizada;
5. Cópia simples do comprovante de depósito de honorários, se a dívida fiscal estiver ajuizada ou protestada.

Nome legível Procurador da empresa (se for o caso):	CPF:
_____ / / _____ Local	_____ Assinatura do Responsável